

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

PROJETO DE LEI Nº 3.025, DE 2024

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para priorizar a aplicação de recursos públicos federais em ações de saneamento básico em municípios que possuam seu território parcial ou totalmente inserido em unidades de conservação.

Autor: Deputado JADYEL ALENCAR

Relator: Deputado YURY DO PAREDÃO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.025, de 2024, pretende alterar a Lei nº 11.445, de 2007, para priorizar a aplicação de recursos públicos federais em ações de saneamento básico em municípios que possuam seu território parcial ou totalmente inserido em unidades de conservação.

O projeto foi distribuído às Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Desenvolvimento Urbano e Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD). A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do RICD.

Na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em 02/09/2025, foi apresentado o parecer da Relatora, Deputada Socorro Neri, pela aprovação deste, com substitutivo e, em 24/09/2025, aprovado o parecer.

No prazo regimental, nesta Comissão, não foram apresentadas emendas à proposição.



É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 3.025, de 2024, de autoria do Deputado Jadyel Alencar, visa alterar a Lei nº 11.445, de 2007, para priorizar a aplicação de recursos públicos federais em ações de saneamento básico em municípios que possuam seu território parcial ou totalmente inserido em unidades de conservação. Estamos plenamente de acordo com o mérito da proposição em exame. Explicamos.

Sabemos que a destinação incorreta dos resíduos sólidos e a carência de serviços de saneamento básico configuram ameaças significativas às unidades de conservação (UCs), prejudicando a biodiversidade e comprometendo o equilíbrio dos ecossistemas protegidos. Essas áreas, criadas para resguardar espécies e *habitats* naturais, sofrem com os efeitos da poluição direta e indireta, o que enfraquece suas funções ecológicas e coloca em risco os serviços ambientais que prestam à sociedade.

Quando os resíduos não recebem manejo adequado, acabam sendo depositados em rios, córregos ou áreas verdes, atingindo diretamente zonas de proteção ambiental. Materiais como plásticos e metais são facilmente transportados por ventos ou pela água, chegando a parques nacionais e reservas, onde causam contaminação do solo e dos recursos hídricos, além de provocar a morte de animais em razão da ingestão ou do emaranhamento em detritos.

A falta de saneamento básico agrava ainda mais esse quadro. O despejo de esgoto sem tratamento em corpos d'água que atravessam áreas preservadas contamina rios e solos com substâncias tóxicas e nutrientes em excesso, desencadeando processos de eutrofização que reduzem o oxigênio e levam à mortandade de peixes e outras espécies. Os efeitos desse desequilíbrio se refletem não apenas na perda de biodiversidade, mas também na redução da disponibilidade de água potável para humanos e animais.



Somam-se a isso os impactos visuais e ambientais que comprometem o potencial das unidades de conservação para o ecoturismo, reduzindo fontes alternativas de renda que poderiam contribuir para sua sustentabilidade financeira.

Diante desse cenário, o projeto em análise busca garantir que os municípios com áreas inseridas, total ou parcialmente, em unidades de conservação recebam prioridade no apoio da União para ações voltadas ao saneamento básico — como a elaboração e execução de planos municipais, o encerramento de lixões a céu aberto e a implantação de programas permanentes de coleta seletiva.

Neste ponto do nosso raciocínio, destacamos que, na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, foi aprovado parecer pela aprovação com substitutivo, com o qual estamos plenamente de acordo, conforme as adequadas palavras proferidas no voto da Relatora daquela Comissão:

Consideramos o projeto, por todo o exposto, oportuno e meritório, e para colaborar com o alcance de seus objetivos primordiais, optamos pela apresentação de substitutivo que acrescenta a prioridade destes municípios também para a aplicação de recursos federais para a elaboração e implantação do plano municipal de adaptação à mudança do clima.

Conforme diretrizes trazidas pela Lei nº 14.904, de 2024, os planos municipais de adaptação à mudança do clima deverão assegurar a adequada implementação das estratégias traçadas tanto para a infraestrutura urbana, incluídos os serviços de saneamento, quanto para a infraestrutura baseada na natureza, com vistas a criar resiliência e proteção da população, de bens e do meio ambiente ecologicamente equilibrado, de forma sustentável.



Em vista do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.025, de 2024, na forma do substitutivo aprovado na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado YURY DO PAREDÃO
Relator

